



Para especialistas, “Nova Previdência” vai trazer prejuízos para a população mais pobre e enriquecer os investidores financeiros



Cerca de 200 pessoas, entre alunos e comunidade, compareceram ao Debate Olhar Sob a Previdência, com o deputado Chico Vigilante, o ex-ministro Ricardo Berzoini e a deputada federal Erika Kokay, na noite desta quinta-feira, no Campus São Sebastião do Instituto Federal de Brasília (IFB).

Os palestrantes alertaram sobre os perigos que o projeto de lei do Governo Bolsonaro da chamada ‘Nova Previdência’ vai trazer retrocessos para a população brasileira e até mesmo para a economia e desmascararam o argumento governista de que a mudança é para cortar

privilégios.

Também foi consenso que as mudanças planejadas servirão para atender aos interesses do capital financeiro e especulativo, uma vez que, uma das principais ideias do governo é fazer com que as aposentadorias e pensões sejam geridas por meio da capitalização fincam ceira, como é no Chile, por exemplo, em vez de ser por meio do Estado brasileiro.

A palestra desta quinta-feira é mais uma das ações que o gabinete do deputado Chico Vigilante está promovendo para informar a população brasileira sobre os perigos da reforma

da previdência, em especial, para a classe trabalhadora e para os mais pobres.

O deputado Chico Vigilante informou a plateia que a proposta de reforma da previdência vai beneficiar aos investidores nas Bolsas de valores e especuladores. Ele alertou que, em um país com 210 milhões de habitantes, o número de investidores em ações e capital soma um número muito reduzido de 70 mil famílias.

Para Chico, esse projeto de entrega das aposentadorias dos brasileiros para o capital financeiro só está sendo possível porque o país elegeu para presidente um político despreparado que não tem conhecimento de economia. Para ele, a única maneira de evitar com que o projeto avance e a previdência seja ferida de morte, é com a população se mobilizando e protestando nas ruas contra a proposta, assim como aconteceu no fim do Governo Temer.

“A única maneira de barrar a reforma da previdência é com o povo nas ruas e em discussões, como esta. Foi a mobilização popular que derrotou o avanço da Reforma da Previdência do Governo Temer. Tanto, que eles, agora, mudaram o nome para ‘Nova Previdência’”, destacou.

Chico Vigilante também criticou a forma privilegiada com que o Governo Bolsonaro está lidando com os militares na reforma. Se, antes, a ideia era não incluir as forças armadas no escopo da mudança, agora, para acalmar a opinião pública, o governo resolveu inserir os militares concedendo uma série de privilégios, como um aumento nos rendimentos. “Estão reestruturando a carreira dos militares para poderem concluir a reforma da Previdência”, destacou.

Para a deputada Erika Kokay, caso a reforma da previdência seja aprovada e sejam implementadas todas as modificações pretendidas pelo Governo Bolsonaro, a aposentadoria de grande parte da população brasileira vai acabar.

Para ela, é um equívoco da equipe do governo querer basear a reforma como base na expectativa de vida no país. Erika salientou que a expectativa de vida no Brasil é amplamente variável de acordo com as regiões brasileiras e, dessa forma, a população, caso venha a se aposentar, será com rendimentos muito baixos.

A deputada calcula que, para se aposentar com rendimentos próximos ao da vida ativa, um cidadão terá que trabalhar e contribuir por um período de 40 anos. “É uma crueldade com o povo. Essa reforma não é para acabar com privilégios”, destacou.

Erika Kokay também desmascarou a informação do governo de que a reforma da Previdência vai

gerar economia de 1 trilhão de reais nos próximos anos. A deputada elucidou que a dita economia será feita cortando os benefícios dos mais pobres, em especial, dos idosos e dos trabalhadores rurais.

R\$700 bilhões serão retirados dos trabalhadores rurais, que não terão como comprovar a atividade. Mais 180 bilhões surgirão do corte em benefícios, como o Benefício de Prestação Continuada, que é pago para idosos em situação de pobreza extrema; salário-família e abono salarial.

Ela também pregou a mobilização como forma da população se contrapor ao projeto. “Se a gente não reagir, eles vão arrancar o que conquistamos com muito suor e trabalho”, disse.

O ex-ministro da Previdência Social dos governos do PT, Ricardo Berzoini, afirmou que a reforma pretendida pelo Governo Bolsonaro é injusta e vai comprometer o presente e o futuro do País.

Ele destacou que a Previdência Social é um mecanismo de proteção social dos brasileiros e é um conceito muito maior do que o simples pagamento de aposentadorias.

Na opinião do ex-ministro da pasta, o governo deseja implantar a nova previdência gerando prejuízos para os mais pobres, para os trabalhadores rurais e para os idosos.

Ele alertou que não se deve extrair o caráter solidário da previdência, em que milhões de famílias brasileiras recebem cobertura por meio de abonos, seguros e aportes, para atender ao mercado financeiro.

“O capital circulante no sistema previdenciário brasileiro atíça o sistema financeiro. Para acabar com a previdência solidária, o governo ataca os trabalhadores mais pobres”, destacou.

Berzoini explicou que o aumento da idade mínima para a aposentadoria e do tempo de contribuição vai excluir cerca de 60% dos trabalhadores com possibilidade de se aposentarem. “O que o governo quer é roubar o presente e o futuro dos brasileiros, trazendo graves prejuízos sociais para a população brasileira”, afirmou.

O moderador do debate, o professor do IFB, Pedro Isaac, afirmou que o modelo de reforma da previdência apontado pelo Governo Bolsonaro é inviável. Ele declarou ser favorável ao aprimoramento da Previdência do país e que haveria um deficit no sistema previdenciário, mas que, no entanto, não haveria a urgência defendida pelo governo para uma reforma.

Fonte: Chico Vigilante, Deputado Distrital e Diretor da CNTV

ATENDENDO A PEDIDO DO ADVOGADO DO SINDICATO, JUSTIÇA MANDA APREENDER CNH E PASSAPORTE DE DONO DA AGUIA FORTE

O CERCO SE FECHA CONTRA OS LARAJAS E QUEBRÕES



Através O Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Salvador mandou o Detran e a Policia Federal apreender a CNH (Carteira de Habilitação) e o Passaporte de um dos donos ou laranja da empresa Aguiá Forte, que funcionou até uns oito anos atrás. Com a quebra da picareta o Sindicato entrou com um processo para defender o direito dos vigilantes. Este processo já dura 11 anos e já está em fase de execução (cobrança) contra a empresa e seus sócios. Ocorre que os caras insistem em fugir dos trabalhadores e da justiça para não pagarem o que devem.

Aí, numa iniciativa inédita, o Dr. Eliezer Dourado, um dos Advogados do Sindicato,

pediu ao Juiz que determinasse a apreensão da CNH e Passaporte de um dos quebrões. Pedido aceito.

Numa tentativa de derrubar a decisão do Juiz da Vara o dito cujo ainda recorreu ao TRT e o Desembargador Pires Ribeiro não só manteve decisão, como reforçou a ordem de apreensão dos documentos, arguindo o amparo na Constituição Federal e até na Declaração Universal de Direitos Humanos, afirmando num trecho da sentença que “o salario é garantidor da dignidade do empregado”.

A iniciativa dos Advogados do Sindicato e o acolhimento do pedido de apreensão de documentos pela justiça abre uma outra linha de combate aos sonegadores, laranjas, quebrões e outras espécies de picaretas que insistem em lesar os vigilantes.

Com trabalhadores sérios e honestos não combinam quebrões, laranjas e caloteiros.

Fonte: [SINDVIGILANTES/BA](#)

SINDIVIGILANTES DENUNCIA PARA DEPUTADA ATRASOS DE SALÁRIOS E DESRESPEITO AOS VIGILANTES



Sofia Cavedon, quarta da direita para esquerda, foi vereadora da capital por diversos mandatos

O Sindivigilantes do Sul recebeu, nesta sexta-feira à tarde (24), a visita da deputada Estadual Sofia Cavedon (PT), que veio acompanhada do assessor Rosalino Mello. Na reunião com o presidente Loreni Dias e as diretoras Eni Severo Benites, Elisa Araújo e Rosane Schmitt, a parlamentar demonstrou grande preocupação com a situação dos trabalhadores terceirizados, como a maioria dos vigilantes, que não têm seus direitos respeitados pelas empresas.

A deputada foi vereadora em Porto Alegre durante quatro mandatos e meio, período no qual acompanhou muito de perto o drama dos terceirizados da Prefeitura. “Hoje vivemos um problemão nessa área da terceirização, inclusive com os frequentes atrasos de salários”, ressaltou.

Neste sentido, Sofia apresentou e conseguiu a aprovação de uma Lei Municipal que obriga a empresa terceirizada a comprovar, mensalmente, o pagamento em dia dos seus trabalhadores para poder receber a próxima fatura. “As empresas têm que apresentar comprovante de que está tudo em dia, ou não recebem do município”, ressaltou.

Dias e as diretoras denunciaram que a categoria enfrenta inúmeros atrasos de salários, de vale-alimentação e transporte, além dos frequentes calotes nas rescisões de diversas empresas. Citaram, entre outros exemplos, o caso recente da JOB, que tem deixado os vigilantes sem receber,

sistematicamente, nos seus postos. “É um total desrespeito aos vigilantes”, disse Dias.

Também apresentaram à deputada as dificuldades que as mulheres encontram na profissão devido à discriminação, tanto que ocupam menos de dois por cento do mercado de trabalho, informaram. Ela ficou surpresa com este dado, levando em conta que não se trata de um problema de qualificação ou competência, uma vez que todas as vigilantes têm a mesma formação e cumprem as mesmas exigências para o exercício da profissão que os vigilantes homens.

Ela ainda foi informada sobre o projeto da vigilância 24 horas obrigatória nas agências bancárias, que foi aprovado e virou lei em 37 municípios, mas não está sendo cumprida em nenhuma cidade. Isto se deve, principalmente, à ação do Sicredi, que embora tenha todas as características de um banco, inclusive com um faturamento altíssimo, se apresenta como cooperativa e pressiona para que a lei não seja cumprida, informou Dias.

“Estou muito satisfeita de encontrar aqui no Sindivigilantes as mesmas preocupações que trago há muitos anos e com este novo espaço de deputada, na Assembleia Legislativa, pretendo contribuir para que haja respeito aos direitos dos trabalhadores terceirizados no Estado e para a valorização da mulher vigilante. É uma parceria que vai prosseguir e prosperar”, afirmou a deputada.

O presidente e as diretoras agradeceram a visita, colocando-se à disposição para novas reuniões e para mais informações sobre as dificuldades da categoria: “É importante sabermos que temos o apoio da deputada, esperamos o apoio da sua bancada também, para que os projetos de nosso interesse consigam tramitar e ser aprovados na Assembleia Legislativa”, concluiu Dias.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Esclarecimento sobre o Adicional Noturno



O Adicional Noturno, nesta CCT 2019, será pago tal qual está na reforma trabalhista e foi uma das cláusulas que mais mereceu nossa atenção e resistência nos últimos meses da mesa de negociação. Acordadas as redações das demais cláusulas, somente esta impedia a assinatura da CCT. Então, entre arrastar a assinatura por mais meses, sem previsão de finalizar a Campanha Salarial, pensamos que o momento de crise e desemprego que estamos vivendo, e sem estarmos resguardados pela

CCT, poderíamos perder tudo o que temos e que não está na nova CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) da reforma trabalhista como jornada 12x36, piso salarial, uniforme, tíquete refeição, plano de saúde, entre outros.

Reconhecemos que houve uma pequena perda para os vigilantes noturnos, optamos pelos demais direitos e benefícios, e pelo emprego.

Portanto, vivemos o momento de lutar para garantir direitos e o emprego, principalmente.

Agradecemos o apoio dos milhares de vigilantes, conscientes do momento, participativos das nossas lutas e conquistas, que ajudam a fortalecer este sindicato, enquanto alguns poucos tentam desqualificar uma vitória que foi arrancada em um cenário devastador.

Fonte: SINDESV/DF

Magistrados e procuradores revelam verdades e mentiras sobre o fim da Justiça do Trabalho

O Brasil de Fato - Ao assumir a Presidência da República, Jair Bolsonaro (PSL) disse, em entrevistas, que vê “excesso de proteção” da Justiça em relação ao trabalhador. Além da reforma da Previdência, que tira direitos da população, uma tentativa de dar fim à Justiça do Trabalho deixaria os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras em situação ainda mais vulnerável. Apenas o Supremo Tribunal Federal (STF) pode extinguir a Justiça do Trabalho, mas isso não impede que Bolsonaro tenha um ato inconstitucional para acabar com a defesa das leis trabalhistas por esse

setor do Judiciário.

Conheça alguns mitos e verdades sobre a Justiça do Trabalho, com base em dados produzidos por entidades de magistrados e procuradores* desse ramo do Judiciário.

VERDADE

Depois da reforma trabalhista feita pelo ex-presidente Michel Temer (MDB) e que teve o então deputado federal Jair Bolsonaro (PSL) como um de seus defensores, a renda média dos brasileiros caiu, segundo dados do IBGE, o desemprego não diminuiu, a informalidade e o trabalho sem carteira assinada dispararam

e a precariedade para a saúde do trabalhador e da trabalhadora dentro do ambiente de trabalho piorou.

VERDADE

A extinção do Ministério do Trabalho pelo presidente Jair Bolsonaro e a reforma trabalhista de Temer foram os primeiros passos para desmontar os direitos da população brasileira. As próximas tentativas do governo federal e das esferas mais altas da Justiça serão acabar com o Ministério Público do Trabalho, responsável por apurar denúncias de abusos contra o trabalhador e a trabalhadora, e com a Justiça do Trabalho.

VERDADE

A Proposta de Emenda Constitucional nº 300/16 diminuiria de dois anos para três meses o prazo para o trabalhador entrar com ação contra a empresa. A proposta também só permitiria ao trabalhador reclamar os dois últimos anos de trabalho na Justiça, e não cinco, como é atualmente.

Nessa PEC, a jornada de trabalho pode aumentar de 8 horas para 10 horas diárias; o aviso prévio que varia entre 30 e 90 dias, dependendo do número de anos trabalhados, passaria a somente 30 dias; acordos e convenções coletivas poderão passar por cima da própria constituição.

MENTIRA

É mentira quando dizem que não existem direitos nem demanda trabalhista nos Estados Unidos. Naquele país, a ação trabalhista típica é coletiva, um trabalhador pode representar na Justiça os demais trabalhadores e ex-

trabalhadores em situação igual à sua. Em 2015, as empresas que desrespeitaram direitos trabalhistas nos Estados Unidos pagaram US\$ 2,5 bilhões em acordos judiciais.

MENTIRA

Não é verdade que a Justiça do Trabalho custa muito aos cofres públicos. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Justiça Trabalhista custa cerca de R\$ 88 por ano por habitante, menos da metade do que custa a justiça comum, mas ninguém está pedindo a extinção da justiça comum. Apenas em 2017, a Justiça do Trabalho arrecadou quase R\$ 3,7 milhões para os cofres públicos.

MENTIRA

É falsa a afirmação que a redução de direitos trabalhistas gera empregos e melhora a economia. Na China, o Código do Trabalho, aprovado em 2009, garantindo licença maternidade remunerada, direito à greve, limite da jornada de trabalho, entre outros direitos, e o custo da hora trabalhada no setor industrial é de US\$ 3,60 por hora. No Brasil, esse valor é de US\$ 2,90, mas esse custo menor não ajudou a criar empregos nem aumentou o PIB, que sofreu queda de 3,6%, enquanto a China cresceu 6,7%.

*Dados produzidos pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), pela Associação dos Juizes do Trabalho (Ajutra) e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

Fonte: Brasil de Fato



PEC da Previdência deixa sem PIS a imensa maioria dos trabalhadores



A Proposta de Emenda Constitucional da reforma da Previdência - PEC 6/2019 - impõe severas perdas aos segurados, que terão enormes dificuldades para se aposentar se o texto original de Bolsonaro for aprovado.

Mulheres, agricultores, professores e idosos pobres serão os mais prejudicados. A reforma cria obstáculos no acesso aos benefícios, fixando idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres, além de aumentar o tempo mínimo de contribuição de 15 para 20 anos.

Porém, as maldades vão além. Caso seja aprovado como está, o projeto governista impedirá que 90% dos trabalhadores brasileiros saquem o abono salarial.

Hoje, o abono do PIS/Pasep é pago ao servidor público ou celetista com Carteira assinada que recebeu, em média, até dois salários mínimos mensais e exerceu atividade remunerada durante, pelo menos, 30 dias no exercício anterior ao ano-base.

Com a PEC aprovada pelo Congresso Nacional, o abono - uma espécie de 14º salário que muitos ainda chamam de PIS - seria pago apenas a quem ganha até um salário mínimo, ou seja, R\$ 998,00.

Segundo o Instituto Fiscal Independente, do Senado, 90% dos contemplados atualmente pelo abono serão excluídos do benefício.

SP - No Estado de São Paulo, por exemplo, toda a classe trabalhadora deixaria de receber. Isso porque, a partir de abril, o Piso estadual subirá para R\$ 1.163,55, índice 15% superior ao mínimo.

Diap - A Agência Sindical conversou com o jornalista Antônio Augusto de Queiroz, diretor licenciado do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). Para Toninho, trata-se de “um contrabando dentro da reforma da Previdência que precisa ser desmascarado e combatido com firmeza”.

Ele explica que o artifício inserido na reforma pode tirar até 8% da renda anual de um trabalhador que recebe o PIS. Segundo Toninho, o fim desse direito agravaria as condições alimentares de 20 milhões de famílias. “Elas terão menos comida em casa. Isso é tão estapafúrdio que pobre no Brasil ficaria sem proteção do Estado”, comenta.

Valor - Em sua coluna no Valor Econômico, a jornalista Maria Cristina Fernandes adverte que a proposta atinge duramente os mais pobres. Com a nova regra, serão subtraídos dos trabalhadores de baixa renda o equivalente a R\$ 150 bilhões, em dez anos

Fonte: DIAP

OAB se posiciona oficialmente contra a reforma da Previdência

Após mais de 17 horas de reunião na sede do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Brasília, os membros de comissões de direito previdenciário de todo o país, juntamente com outras dezenas de entidades representativas de categorias profissionais, elaborou uma carta aberta contra a reforma da Previdência.

Representantes de juristas, médicos, auditores fiscais e engenheiros, entre outros, acreditam que a proposta do governo está fundamentada em premissas erradas e contém inúmeros abusos contra os direitos sociais. As mudanças, segundo a carta, “desfiguram o sistema da previdência social conquistado ao longo dos anos e dificulta o acesso a aposentadoria e demais benefícios à população brasileira que contribuiu durante toda a sua vida”.

As entidades listaram 10 abusos, entre eles, a exigência de idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres, a necessidade de o contribuinte ter 49 anos de contribuição para ter acesso ao benefício integral, a redução do valor geral das aposentadorias e a precarização da aposentadoria do trabalhador rural e o fim da aposentadoria especial para professores. Além disso, o Conselho da OAB considera abusivas as propostas de pensão por morte e benefícios assistenciais abaixo de um salário mínimo e a cumulação da pensão com a aposentadoria.

O texto também é crítico ao aumento da idade mínima exigida para recebimento do benefício assistencial de prestação continuada, o BPC, que o governo pretende passar de 65 para 70 anos. As regras para a aposentadoria dos trabalhadores expostos a agentes insalubres foram definidas pelo conselho como “inalcançáveis”.

Base Errada

Um dos pontos de discordância é justamente a base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 287/2016, que tem o discurso de catástrofe financeira e déficit como justificativa para a iniciativa. Para a OAB, o tão divulgado rombo da Previdência não existe. Usar esse argumento evidenciaria “grave descumprimento” à Constituição Federal, que insere a Previdência no sistema de Seguridade Social, juntamente com as áreas da Saúde e Assistência Social – sistema que, de acordo com a carta, “tem sido, ao longo dos anos, altamente superavitário em dezenas de bilhões de reais”.

As entidades que assinaram a carta – entre elas, além da OAB, o Conselho Federal de Economia (Cofecon), a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e a Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe) – criticam também o mecanismo de Desvinculação de Receitas da União (DRU), que permite que 30% dos recursos da Seguridade Social sejam destinados para outros fins, “especialmente para o pagamento de juros da dívida pública, que nunca foi auditada, como manda a Constituição”.

Em conjunto, elas exigem que o governo federal divulgue “com ampla transparência” as receitas da Seguridade Social, “computando todas as fontes de financiamento previstas no artigo 195 da Constituição Federal, mostrando ainda o impacto anual da DRU, as renúncias fiscais que têm sido concedidas, a desoneração da folha de salários e os créditos tributários previdenciários que não estão sendo cobrados”.

Assinaram a carta mais de 50 entidades, veja a lista completa no site www.cut.org.br.

Veja, na íntegra, a carta:

“As entidades abaixo nominadas, reunidas no Conselho Federal da OAB em 31 de janeiro de 2017, manifestam preocupação com relação ao texto da proposta de Reforma da Previdência (PEC 287/2016), tendo em vista que ela está fundamentada em premissas equivocadas e contém inúmeros abusos contra os direitos sociais.

A PEC 287/2016 tem sido apresentada pelo governo sob discurso de catástrofe financeira e “déficit”, que não existem, evidenciando-se grave descumprimento aos artigos 194 e 195 da Constituição Federal, que insere a Previdência no sistema de Seguridade Social, juntamente com as áreas da Saúde e Assistência Social, sistema que tem sido, ao longo dos anos, altamente superavitário em dezenas de bilhões de reais.

O superávit da Seguridade Social tem sido tão elevado que anualmente são desvinculados recursos por meio do mecanismo da DRU (Desvinculação de Receitas da União), majorada para 30% em 2016. Tais recursos são retirados da Seguridade Social e destinados para outros fins, especialmente para o pagamento de juros da dívida pública, que nunca foi auditada, como manda a Constituição.

Diante disso, antes de pressionar pela aprovação da PEC 287/2016, utilizando-se de onerosa campanha de mídia para levar informações questionáveis à população, exigimos que o Governo Federal divulgue com ampla transparência as receitas da Seguridade Social, computando todas as fontes de financiamento previstas no artigo 195 da Constituição Federal, mostrando ainda o impacto anual da DRU, as renúncias fiscais que têm sido concedidas, a desoneração da folha de salários e os créditos tributários previdenciários que não estão sendo cobrados.

A proposta de reforma apresentada pelo governo desfigura o sistema da previdência social conquistado ao longo dos anos e dificulta o acesso a aposentadoria e demais benefícios à população brasileira que contribuiu durante toda a sua vida.

Dentre os abusos previstos na PEC 287/2016 destacamos os seguintes:

- 1) Exigência de idade mínima para aposentadoria a partir dos 65 (sessenta e cinco) anos para homens e mulheres;
- 2) 49 (quarenta e nove) anos de tempo de contribuição para ter acesso à aposentadoria integral;
- 3) Redução do valor geral das aposentadorias;
- 4) Precarização da aposentadoria do trabalhador rural;
- 5) Pensão por morte e benefícios assistenciais em valor abaixo de um salário mínimo;
- 6) Exclui as regras de transição vigentes;
- 7) Impede a cumulação de aposentadoria e pensão por morte;
- 8) Elevação da idade para o recebimento do benefício assistencial (LOAS) para 70 anos de idade;
- 9) Regras inalcançáveis para a aposentadoria dos trabalhadores expostos a agentes insalubres;
- 10) Fim da aposentadoria dos professores.

Além disso, a reforma da previdência prejudicará diretamente a economia dos municípios, uma vez que a grande maioria sobrevive dos benefícios da previdência social, que superam o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Diante disso, exigimos a suspensão da tramitação da PEC 287/2016 no Congresso Nacional até que se discuta democraticamente com a sociedade, de forma ampla, mediante a realização de audiências públicas que possibilitem a análise de estudos econômicos, atuariais e demográficos completos, a fim de que se dê a devida transparência aos dados da Seguridade Social.

É necessário garantir a participação da sociedade no sentido de construir alternativas que venham melhorar o sistema de Seguridade Social e ampliar a sua abrangência, impedindo o retrocesso de direitos sociais.”

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, Lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF